

Extensão Universitária na Amazônia: Acesso a Serviços Sociais na Comunidade Ribeirinha de N. Sra. das Graças, em Manacapuru

Área Temática de Tecnologia

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão desenvolvido com pequenos produtores familiares no Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, intitulado “Suprimento Energético Integrado da Comunidade Nossa Senhora das Graças”, realizado de janeiro/2001 a julho/2002, desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, em conjunto com os docentes do Departamento de Engenharia Elétrica, da mesma instituição. A metodologia adotada no projeto abrangeu um conjunto de atividades de assessoria a entidade organizativa local com envolvimento de acadêmicos (estágio extracurricular e curricular) proporcionando a estes aprendizado e contato com a realidade da vida comunitária. O referido projeto foi desenvolvido a partir de ações formativas e organizativas com a valorização dos saberes locais. Neste sentido, as ações de extensão constituíram um amplo processo sócio-educativo de formação/capacitação dos atores sociais, na (re)construção de saberes que contribuíram para instrumentalizar novas práticas associativas e relações democráticas entre os envolvidos. Todavia, a inserção de novos saberes e práticas foram dimensionadas de maneira a respeitar e valorizar a dinâmica e o processo de organização sociocultural local. Palavras-chave: extensão, organização, energia

Autoras

Ma. do P. Socorro Rodrigues Chaves. Assistente Social; Doutora em Política Científica e Tecnológica; Msc. Em Sociologia; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação/DSS/UFAM; Docente do Departamento de Serviço Social.

Ma. Francenilda Gualberto de Oliveira. Assistente Social, Especialista em Gerontologia.

Andréia Santos Cavalcante. Assistente Social, Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Jaqueline Teixeira Garcia, acadêmica

Deborah C. de J. Cavalcante, acadêmica

Instituição

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Palavras-chave: extensão; organização; energia

Introdução e objetivo

Na atualidade, em relação aos bens e mercadorias produzidos na sociedade em geral, menos que ¼ da população mundial atinge o consumo de 80% dessas riquezas. Na realidade brasileira, a distribuição desigual de riquezas na sociedade deixa um grande contingente populacional à margem, sem atendimento, sem acesso a diversos bens e serviços sociais, entre eles a energia elétrica. A exclusão social de extensa parcela da população brasileira vem se configurando como um dos mais graves problemas da contemporaneidade, que exige a formulação de políticas públicas de cunho distributivista e, mais especificamente, políticas sociais para garantia de direitos sociais. O padrão de consumo e as condições de produção de energia vigentes no país determinam a viabilidade ou a limitação do acesso aos diferentes

segmentos sociais. O desenvolvimento das forças produtivas locais pressupõe o crescimento da produção, da produtividade, enfim da capacidade produtiva e da eficiência econômica dos produtores. É impossível eficiência econômica sem fontes de energia adequadas.

Diante deste quadro, pode-se afirmar que, assim como na conjuntura atual, no futuro próximo, o padrão de consumo e de produção de energia terá um papel importante como variável que permite identificar o nível de desenvolvimento econômico das nações. No qual a implementação de um padrão de consumo e produção de energia não pode prescindir da implementação de um atendimento democrático e universalizante compatível com os interesses e necessidades dos diferentes segmentos sociais. A universalização do serviço de energia já se configura numa importante conquista sua efetivação representa um real avanço rumo ao desenvolvimento social do país.

No meio rural da região amazônica existem inúmeras comunidades ribeirinhas que possuem especificidades em razão de seus conhecimentos tradicionais e vivências sócio-históricas. Essas comunidades apresentam uma modalidade de organização sociocultural particular baseada em diferentes estratégias de ajuda mútua e de compadrio às quais põem em ação seus saberes tradicionais para a realização do manejo coletivo dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que arregimentam suas forças no sentido de enfrentar as problemáticas locais de carência de bens e serviços sociais (saúde, educação, energia, elétrica entre outras).

Essa problemática é tratada neste trabalho a partir do caso da organização da comunidade Nossa Senhora das Graças, situada no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas. Este município, segundo os dados do Relatório do IBGE, no Censo realizado no ano de 2000, possui uma população de aproximadamente 32.303 habitantes, sendo 16.726 homens e 15.577 mulheres.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa e extensão, implantado na comunidade supracitada, teve como objetivo desenvolver uma metodologia para impulsionar o desenvolvimento auto-sustentável, tendo como fator principal o suprimento energético a partir de fontes renováveis locais, na observação de tecnologias adaptadas no meio rural, identificando as mudanças sócio-econômicas e culturais das relações sociais e organizativas dos moradores da comunidade no usufruto e gestão dos recursos locais.

Metodologia

O projeto em seu desenvolvimento articulou um conjunto de ações para conhecer a realidade da comunidade trabalhada, onde o resultado das atividades de levantamento socioeconômico resultou na elaboração do Plano de Ação com a participação dos agentes sociais envolvidos no projeto, os quais definiram coletivamente, por ordem de prioridade, as suas reais necessidades, possibilitando o desenvolvimento das fases subseqüentes do projeto.

Nesse sentido, a metodologia utilizada no desenvolvimento do Projeto se pautou nas seguintes referências teórico-metodológicas: Gênero – como elemento transversal no ordenamento do trabalho, o conceito de gênero foi adotado como elemento sócio-histórico, cultural e político que permeia a práxis dos sujeitos.

O vínculo entre estes diversos elementos orienta para a percepção de mulheres ou homens como partícipes e protagonistas de ações complexas e relacionais – em intercâmbio recíproco e contínuo no plano societal; Interdisciplinaridade – necessária para desenvolver ações nas diferentes dimensões - sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas – que compõem o contexto comunitário, serviu para ordenar e potencializar a associação entre as diferentes áreas disciplinares; Participação – sua natureza processual possibilitou uma construção gradual, contínua, centrada no potencial organizativo dos agentes, além de permitir a criação de mecanismos e estratégias direcionados para construção da emancipação política dos comunitários. No Projeto, a participação foi implementada como processo sócio-educativo de instrumentalização dos comunitários para a percepção crítica da realidade social

entendida como processo de natureza complexa, cujo exercício amplia as possibilidades de transformação da qualidade de vida das populações locais; Gestão comunitária – nas ações do projeto, a gestão comunitária foi tomada como referência importante para realizar as ações programadas, posto que a gestão comunitária é estruturada no âmbito comunitário com características próprias, constituindo uma extensa rede de ajuda mútua.

Partindo desses pressupostos, o trabalho se desenvolveu em três fases relacionadas entre si. A primeira fase se constituiu do levantamento socioeconômico para o diagnóstico local, buscando: a) conhecer as condições de vida da comunidade nos aspectos sócio-econômico, político-organizativo, cultural, energético e ambiental; b) conhecer a organização social para o manejo dos recursos comunitários e suas práticas produtivas (tipo de produção, formas de comercialização, divisão e as condições de trabalho); c) identificar as potencialidades locais – conhecer para atuar –, estruturar em conjunto com os comunitários as estratégias de ação para solução dos problemas locais. A segunda fase do projeto se constituiu na: 1) montagem do banco de dados; 2) retorno dos dados para a comunidade, para retificar e ratificar os resultados, permitindo que a comunidade obtivesse conhecimento de sua realidade local; 3) elaboração do Plano de Ação de modo coletivo a partir de dinâmicas de abordagem grupal. Nessa atividade, a comunidade selecionou as atividades a serem implementadas por ordem de prioridade, de forma a viabilizar o processo sócio-educativo nas áreas de educação, saúde, energia elétrica e organização comunitária. A terceira fase se configurou na implantação do Plano de Ação.

Resultados e discussão

De um modo particular, o contexto rural enfrenta acentuada precariedade em termos de prestação e acesso aos serviços energéticos. As políticas do setor de energia, numa região com vasto potencial de recursos energéticos, além de não contemplar de forma satisfatória as necessidades de grande parcela das populações locais, apresenta incompatibilidades em relação às peculiaridades regionais. O fornecimento de energia elétrica na Amazônia apresenta aspectos bastante distintos das demais regiões, principalmente pela necessidade preponderante de sistemas isolados.

No que tange ao fornecimento de energia para comunidades isoladas, os documentos oficiais do governo, reafirmam o compromisso do Estado em assumir a responsabilidade da viabilização de projetos para a eletrificação rural, a partir da alocação de recursos públicos; da construção de linhas de transmissão estratégicas e da implementação de programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tal compromisso orienta-se pelo argumento que as soluções energéticas requerem tecnologias compatíveis com as características peculiares a cada contexto no qual será adotada. Portanto, faz-se necessário implementar mudanças/reformas setoriais onde todos os esforços são direcionados para a eficiência e otimização das práticas institucionais – todas as soluções buscam modalidades concretas para empreender o atendimento destes objetivos.

O argumento de cunho neoliberal, repetido e reforçado, para justificar a instauração do processo de reestruturação é que somente a privatização das empresas poderá assegurar a solução para os problemas enfrentados na produção, transmissão e distribuição. Considera-se que tais problemas devem-se a performance ineficiente das empresas em função da gestão ineficiente. Essa incompetência de gestão é atribuída ao fato das empresas pertencerem ao setor público. Os novos arranjos regionais, em tese, devem: assumir maior competência na mesma esfera de atividades; melhorar a gestão e a capacidade técnica; mobilizar meios financeiros para os trabalhos de manutenção.

Uma situação que se apresenta de imediato, como constatação a partir dos termos da legislação divulgada, é incipiente indicação de atendimento das necessidades de energia dos setores pobres do campo, mesmo com a modificação das regras de gestão em vigor no setor.

Fora do alcance da rede de eletrificação rural e sob condições sócio-econômicas adversas, os pequenos produtores rurais nas comunidades isoladas ficam sem usufruir a energia elétrica, pois mesmo as alternativas privadas, como um gerador de baixa potência, apresentam custos proibitivos.

Neste sentido, a demanda de energia dos segmentos de pequenos produtores rurais na Amazônia vem ganhando terreno e forçando o debate nos fóruns acadêmicos e centros de pesquisa regionais. Contudo, em que pese o nível de produtividade e a baixa escala de produção, estes produtores formam um contingente numeroso, de aproximadamente 60% da população rural, com variação de uma região para outra do país chegando a produzir 70% da produção agrícola do mercado interno.

Dentre os principais resultados obtidos na execução do trabalho destacam-se: 1) a realização de oficinas para produção de material didático, folhetos sobre organização comunitária; 2) a realização de palestra de sensibilização quanto à importância dos Recursos Naturais e de Educação Ambiental; 3) Capacitação dos produtores para melhoria da qualidade dos produtos e para realizar o dimensionamento dos custos de produção; 4) Oficina de capacitação, formação e organização das lideranças comunitárias; 5) definição de projeto de um sistema de produção de energia elétrica com painéis fotovoltaicos; 6) a consolidação do Banco de Dados sobre aspectos sócio-econômico, político-organizativo, energético e ambiental da comunidade para subsidiar as fases subsequentes do trabalho; 7) realização de atividades lúdicas como a apresentação de filmes educativos reunindo diversas comunidades próximas e dinâmicas educativas com as crianças.

Diversas atividades foram desenvolvidas para criação de instrumentos organizativos, tais como: 1) a formação de formadores /multiplicadores; 2) a sensibilização dos comunitários quanto à utilização racional dos recursos locais; 3) apoio à criação de autonomia política e intelectual das lideranças, a partir de sua capacitação e instrumentalização para atuarem na difusão dos conhecimentos; 4) a organização e o fortalecimento de entidades representativas formalmente reconhecidas na comunidade. O conjunto de atividades baseadas numa interação pedagógica entre equipe e comunitários tomou como mecanismo essencial a participação de todos, entendendo que esta resulta numa gestão democrática, que associa o conhecimento tradicional da comunidade ao técnico-científico, no qual eles assumem o papel de protagonistas de sua história.

No desenvolvimento do projeto, observou-se que os vínculos subjetivos/afetivos e materiais, vivenciados pelos comunitários entre os grupos domésticos e neles próprios, seus laços familiares, as relações de compadrio e de ajuda mútua instituem a identidade grupal gerando intercâmbios e condições de igualdade importantes para as mobilizações organizativas. A modalidade de formação desenvolvida orientou-se no pressuposto de que o processo sócio-educativo deve priorizar a formulação/estruturação de planos, programas e projetos educacionais que instrumentalizem os agentes para ações de transformação da realidade social, ou seja, para a construção de uma sociedade em bases solidárias, justas e igualitárias. Para além da responsabilidade da instrumentalização dos líderes locais, o apoio no plano organizativo criou as possibilidades para o exercício de um saber crítico, de uma reflexão-ação construída na experiência coletiva (Chaves, 2002).

O projeto caracterizou-se como um processo dialético, aberto e dinâmico, resultado do engajamento dos comunitários, momento privilegiado onde se tornou possível pensar e (re)inventar práticas e alternativas de continuidade das ações. Tais atividades levaram em consideração o engajamento dos docentes e discentes envolvidos, visando à busca da melhoria do ensino numa interação de conhecimento teórico-metodológico e prático, proporcionando a qualidade da pesquisa/extensão acadêmica, aumentando a “perspectiva de uma extensão ativa, participativa, capaz de contribuir para estudos, experimentações ou ações coletivas sobre questões sociais da maior relevância” (Thiollent, 2000; pg.19).

O projeto desenvolvido na comunidade N. Sra. das Graças, sob a base de um compromisso mútuo, de ação participativa, constatou que as relações já estabelecidas na comunidade, são baseada na autonomia política e no esforço em busca de melhoria da qualidade de vida. Assim, neste contexto particular da cultura das comunidades ribeirinhas, “os fundamentos de preservação da vida em comunidade podem, também, fornecer as bases concretas para que os grupos se mobilizem para além do contexto local em defesa de seu estatuto sócio-cultural no interior da sociedade”. (Chaves, 2002).

Alguns depoimentos são importantes, no sentido de qualificar a percepção dos comunitários em relação ao trabalho desenvolvido no momento de definir suas prioridades: “porque nós sabemos que necessitamos, nós não sabemos é como chegar lá... havendo um projeto propriamente dito teremos como chegar a uma unidade Federal ou Estadual para apresentar nossas necessidades de luz, saúde e através desses projetos obteremos os recursos.

Uma outra necessidade que discutimos em nossas reuniões que chega a 100% a 1000% que se chegasse amanhã agente já queria, é o uso da energia elétrica, tendo a energia teríamos até um avanço na produtividade aqui da nossa comunidade, em relação a farinha, a rede de nylon.

Uma outra coisa discutida em reunião é a conscientização para a alfabetização de adultos, essa necessidade não é só dos jovens e das crianças, mas da comunidade em geral, uma comunidade mais informada e alfabetizada até para fazermos e para sabermos que direitos nós temos e quais deveres devemos cumprir. A outra coisa é a conscientização das documentações pessoais, dizer a importância de cada um, o Registro de Nascimento de Criança. Tem casos de pessoas que perdem a bolsa-escola por falta de documentos.” (Sr. Wellington, coordenador da Comunidade). “Se eles não nos ensinarem fazer projetos como vamos fazer?! Então, nós temos que ter alguma orientação. Quando nós vamos a Manacapuru as pessoas dizem ‘olha gente vocês têm que está unidos, fazer projetos pra isso, aquilo, mas cadê a orientação?! Então nós devemos saber pra onde nós vamos, mas eles não falam pra onde é... então nós ficamos calados. Nós precisamos de curso de liderança porque às vezes nós vemos tanta gente aqui na Comunidade que briga pra ficar na liderança e às vezes outros não querem, dizem até Deus me livre eu lidero mal a minha família, então nós queremos de imediato este curso. Essa gincana me chamou muito atenção, meu Deus! ... acho que se todos souberem de nossa história, outras comunidades irão correr para ouvir pra saber de nossa história e o que está acontecendo, eu tenho certeza porque essa história será muito grande... é a nossa vida e eu tenho certeza que essa história mexerá com muitos corações, porque a vida na comunidade é a nossa vida.” (D. Maria de Fátima, comunitária).

A percepção que os comunitários possuem de suas potencialidades permitiu-lhes o engajamento nas diversas atividades do projeto e, também, possibilitou obter diversos resultados positivos ao término do mesmo, que podem ser resumidos basicamente em dois eixos centrais: a) A estruturação de novas formas de organização comunitária discutidas/implementadas na comunidade; b) Participação ativa dos moradores das comunidades (70%) na implementação do projeto.

Em relação à criação de infra-estrutura para a equipe, houve o apoio para permanência do grupo no local, na casa dos comunitários, durante a realização do trabalho, a oferta constante e voluntária de apetitosos requintes da culinária local, marcou o carinho e a aceitação deles em relação à equipe. A relação afetuosa proporcionou um clima muito favorável para a realização do trabalho em todos os momentos. A partir do projeto foi possível conhecer melhor e potencializar as ações junto aos grupos comunitários.

A situação vivida pelos grupos locais expressou a consolidação de variados graus de adaptação ao meio ambiente regional, assim como, se registrou as constantes investidas para sua transformação. Entre elas destaca-se a formulação de projetos como a Escola Ativa e também, as reivindicações junto aos diversos órgãos públicos. Eles falam com orgulho:

“Nossa escola foi premiada pelo projeto (Escola Ativa), sendo a mais organizada” (a escola local foi escolhida como escola modelo no Brasil, no referido Programa - Sr. Antonio).

Conclusões

O processo sócio-educativo traçado no projeto, foi implementado e assumido com compromisso mútuo (equipe e comunitários). A existência de interesses convergentes foi marcante na definição das ações desenvolvidas, na cooperação e na expectativa dos benefícios que as ações poderiam vir a concretizar a partir da presença atuante da equipe e dos comunitários ao traçar metas para serem atingidas. Assim, o desenvolvimento do conjunto das atividades propostas pelo projeto, no que se refere à viabilização das ações de cunho educativo, de apoio organizativo, consolidou práticas e alternativas que atenderam às expectativas dos comunitários. No campo político-organizativo torna-se importante para pequenos produtores a participação nos processos de tomada de decisão relativos ao acesso a energia a medida que lhes permite propor a construção de mecanismos.

Vale destacar que, o engajamento dos comunitários no projeto representou um dado significativo da relevância social do trabalho, pois as discussões coletivas das propostas permitiram aos comunitários a definição de suas principais necessidades, interesses e, principalmente, de poderem manifestar suas expectativas contribuindo no processo de construção do Plano de Ação do Projeto, o qual deu o delineamento das atividades desenvolvidas. Sendo que, a discussão e a participação fomentada a partir de dinâmicas de grupo trouxeram aprendizados importantes para a equipe e os comunitários. Estes últimos valorizaram e cooperaram com a equipe, atuando não só como protagonistas do processo, mas também como parceiros. Tal condição possibilitou a otimização de recursos, a valorização das habilidades no exercício das diferentes atribuições e responsabilidades, a instituição de um processo de aprendizado, de formação continuada entre todos. (Chaves, 2002). Contudo, entende-se que, a melhoria das condições de vida é uma meta complexa na qual a dinâmica interna de organização comunitária se constitui como ferramenta fundamental.

Referências bibliográficas

CHAVES, Ma. do P. Socorro Rodrigues. SUPRIMENTO ENERGÉTICO INTEGRADO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU/AM. Departamento de Serviço Social. Grupo de Pesquisa Inter-Ação – Universidade Federal do Amazonas/UFAM.

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO BRASILEIRO. MME, Secretaria de Energia. Relatório. – período 1970/97.

THIOLLENT, Michel, FILHO, Targiano de Araújo, SOARES, Rosa Leonora Salerno (orgs). Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão. EDUFF: Niterói, 2000.